

ESCLARECIMENTOS - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0005/2023

ESCLARECIMENTO 01

De: 26/08/2025

A empresa ..., vem mui respeitosamente, conforme previsto no instrumento convocatório, apresentar seu QUESTIONAMENTO em face do Pregão eletrônico 90084 2025 pelos fundamentos que passa a expor:

O Art. 69 da 14.133/21 diz:

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Conforme descrito no Art. 69 da 14.133/21 entendemos que as empresas que não atingem os índices do item 15.3.2.1., poderão comprovar sua boa condição financeira através do balanço patrimonial, apresentando um patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação juntamente com os índices calculados, mesmo que inferior a 1. Está correto o entendimento ?

Resposta esclarecimento 01: Sim, o entendimento está correto. Informo que o edital foi alterado para inclusão da avaliação do capital social registrado ou patrimônio líquido na regra de avaliação da qualificação econômica financeira.

ESCLARECIMENTO 02

De: 28/08/2025

QUESTIONAMENTO: 15.3.2.1. Além da manutenção das condições exigidas para a pré-qualificação, os editais de Pregão Eletrônico exigirão como condições complementares para habilitação das Licitantes, entre outras:

b) Comprovação de boa situação financeira de empresa, representada pela obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) em valores superiores a 1 (um);

A Lei nº 14.133/2021, aborda a qualificação econômico-financeira dos licitantes e permite a utilização do patrimônio líquido como critério de habilitação.

Especificamente, o artigo 69 da lei menciona que a habilitação econômico-financeira deve ser comprovada de forma objetiva, por meio de coeficientes e índices econômicos previstos no edital. Além disso, o § 4º do artigo 69 permite que a Administração exija, no edital, um capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% do valor estimado da contratação para compras futuras e execução de obras e serviços.

Portanto, solicitamos a substituição dos índices contábeis pelo patrimônio líquido. O patrimônio líquido oferece uma visão mais abrangente e precisa da saúde financeira da empresa, refletindo a soma dos ativos menos os passivos. Empresas com patrimônio líquido positivo demonstram maior estabilidade e solidez financeira.

A utilização do patrimônio líquido simplifica o processo de avaliação, tornando-o mais transparente e menos sujeito a interpretações variadas dos índices contábeis. Por exemplo, ao invés de calcular múltiplos índices como liquidez corrente e liquidez geral, o patrimônio líquido fornece um único indicador claro e direto.

Concluimos, que o patrimônio líquido oferece uma visão mais abrangente e precisa da saúde financeira da empresa.

Com isso, entendemos que o patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% do valor estimado da contratação, atende plenamente ao solicitado, comprovando a boa situação financeira da empresa. Nosso entendimento está correto?

Resposta esclarecimento 02: Sim, o entendimento está correto. Informo que o edital foi alterado para inclusão da avaliação do capital social registrado ou patrimônio líquido na regra de avaliação da qualificação econômica financeira.